

RETROSPECTIVA

TRINTA ANOS DE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA: MOVIMENTOS DE AFIRMAÇÃO E AUTO-AFIRMAÇÃO PROFISSIONAL.*

Maria Cristina F. S. ALTMAN (Universidade de São Paulo, Departamento de Lingüística).

ABSTRACT: This article outlines a map of the main centers of interest within the discipline of Linguistics from the viewpoint of the different speciality groups formed in Brazil since the Sixties. The hypothesis underlying this reflexion is that the establishment of a professional group of linguists took place as the result of the convergence of two opposite movements. One, centripetal, directed to the larger community of Brazilian language scholars, in which an emergent group of linguists tried to establish the external boundaries of their production in relation to the other traditions dedicated to language study. The other, centrifugal, in which the same group, united at the beginning by the practical project of implementing the discipline, soon splintered into several divergent speciality groups.

O. Introdução

Embora a discussão sobre a linearidade das ciências não seja um problema novo, nem exclusivo das chamadas ciências humanas e sociais, parece ser no momento contemporâneo que este tipo de reflexão tem sido colocado com maior ênfase (Granger, 1980). Pelo menos no campo da investigação sobre a linguagem, foi no século XX que se assistiu à incomparável multiplicação de domínios, teorias e métodos concorrentes, materiais e fontes diversas, concomitantes, que pleitearam igual estatuto de cientificidade — e foram reconhecidos como tais. Além disso, foi também neste século que se acentuou a necessidade da divisão de trabalho e se assistiu, em decorrência, à multiplicação dos processos de institucionalização e profissionalização dos cientistas, iniciados no século XIX (Hymes, 1983), que se dispuseram em inúmeros grupos de especialidade. De fato, na produção lingüística de séculos anteriores, a dimensão social e profissional da disciplina, não é tão evidente e, conseqüentemente, não tão captável pelo historiógrafo (Swiggers, 1989; 1992).

Ao menos como hipótese inicial de reflexão, a pulverização da ciência da linguagem contemporânea em diferentes domínios de investigação se deve, pois, não só à elaboração de teorias cada vez mais sofisticadas e poderosas, de rápida obsolescência, mas também à correspondente formação de inúmeros grupos de especialidade, envolvidos, com frequência, em situações de competição e conflito.

De fato, a emergência de uma disciplina **Lingüística** no Brasil, que se pretendeu autônoma em relação à **Filologia**, **Dialetologia** e **Gramática** tradicionais, acarretou, além de mudanças na concepção dos problemas e das formas de tratamento do objeto linguagem, mudanças no poder acadêmico, na concepção de carreira universitária e na concepção de profissionalização do lingüista. Instaurada a disciplina, o novo corpo profissional que se formou em torno da Lingüística se distribuiu em vários grupos, divergentes não apenas no que diz respeito à escolha de teorias lingüísticas, métodos e objetos de análise, mas também no que diz respeito a questões mais sutis, como estilos pessoais de conduta acadêmica.

Das três dimensões a serem exploradas pelo trabalho historiográfico - cognitiva, histórica e social - privilégio, nas seções seguintes, principalmente a última,¹ pois é nesta dimensão que é possível ilustrar com maior evidência dois movimentos contrários que caracterizaram a formação do campo no contexto brasileiro. De um lado, a reivindicação de especificidade teórica e metodológica produziu um efeito unificador na nova geração de lingüistas que postulava um "tratamento científico" da matéria lingüística, por oposição a outros que, embora produzissem trabalhos de análise e descrição de línguas, sobretudo do português, obedeciam a outras orientações. Este primeiro movimento, dirigido à comunidade científica da época, parece ter acelerado o processo de formação - e de auto-afirmação - de um corpo profissional distinto, cujos contornos se fizeram mais nítidos, à medida que essas oposições foram sendo institucionalmente demarcadas. De outro lado, quase simultaneamente, é possível rastrear um movimento inverso, em que este corpo profissional emergente se diluiu em grupos autônomos, que se perceberam distintos, tanto pela concepção de ciência e prática lingüísticas, quanto pela convivência acadêmica.

Embora o recorte imposto a esta reflexão a faça, de antemão, parcial, ela deve ser entendida como uma tentativa de sistematização de

certos movimentos e processos que têm caracterizado a produção lingüística brasileira nestas últimas décadas.

1. A reorientação dos estudos lingüísticos: o estabelecimento das fronteiras externas

Os anos 90 encerram oficialmente os primeiros trinta anos da institucionalização da *Lingüística* no cenário acadêmico brasileiro. Embora, na verdade, enquanto campo autônomo de ensino e pesquisa, a Lingüística brasileira, tal qual a entendemos hoje, tenha começado de fato alguns anos depois da sua implantação como disciplina obrigatória, em 1962. Mais exatamente, a partir de 1968, quando a um conjunto de fatores externos, sociais e políticos, que favoreciam idéias reformistas, vieram se somar as iniciativas que aqui e ali tomavam alguns então jovens pesquisadores que se percebiam, em alguma medida, diferentes dos grupos profissionais então em evidência.

Tal afirmação não implica que, de outro ponto de vista, não tenha havido nada antes que pudesse ser classificado como sendo *Lingüística*. Ao contrário, são anteriores a esta data as atividades de, por exemplo, Mattoso Câmara, no Rio de Janeiro, Maurer Jr., em São Paulo, Mansur Guérios, no Paraná e Rossi, na Bahia, reconhecidos pela literatura e por vários depoimentos contemporâneos como lingüistas *avant la lettre*. Até a década de sessenta, entretanto, a Lingüística que fizeram e/ou que divulgaram entrava marginalmente, de contrabando, nas aulas de Filologia. Homens de transição, sua posição deve ser interpretada dentro do contexto intelectual do período, em que as oposições a serem estabelecidas entre os programas da Filologia e da Lingüística apenas começavam a delinear-se. Admitindo que os termos escolhidos para as designações das cátedras, dos currículos acadêmicos, dos centros de estudos e das publicações periódicas refletiam a orientação autorizada para o tratamento de assuntos lingüísticos, pode-se afirmar que o grupo de especialidade em evidência até a década de sessenta foi, sem dúvida, o da Filologia.² Conseqüentemente, o estatuto sócio-profissional e científico que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria lingüística era o de *filólogo*. Do ponto de vista que aqui me interessa privilegiar, entretanto, o importante é frisar que esses professores-pesquisadores, embora tivessem sido os primeiros a apresentar a seus alunos de Letras um conjunto de idéias e uma literatura parcialmente diferente da então dominante nos centros acadêmicos, se consideravam "não *lingüistas*" - exceção feita, como é sabido, a

Mattoso Câmara. Não se trata, portanto, de atribuir a eles, anacronicamente, um pioneirismo consciente, mas sim de apontar como eles próprios se perceberam em relação à geração que os sucedeu e como, posteriormente, foram por ela percebidos.

Paralelamente ao programa da Filologia, delineou-se, desde os anos trinta, de forma marginal e descontínua, um outro programa de investigação atribuído, a posteriori, a Mattoso Câmara. A posteriori, porque Mattoso - e as idéias que propagava - como é sabido, não foram aceitas por seus contemporâneos (Cf. Rodrigues, 1984). Esta rejeição da comunidade acadêmica da época a um programa estruturalista de investigação se deve, entretanto, mais provavelmente, a razões institucionais, ou pessoais, do que intelectuais. Com efeito, é muito pouco provável que, nos anos trinta e quarenta, a Linguística já fosse percebida como um programa de investigação autônomo em relação à Filologia. A aceitação tardia das idéias estruturalistas no Brasil, das quais Mattoso fora divulgador, sugere que as "revoluções científicas" parecem ter maior chance de ocorrer pelas mãos de alguém que tenha se formado profissionalmente dentro do conjunto de crenças compartilhado pela comunidade científica considerada relevante, o que não era o caso de Mattoso. Sua formação inicial, em Direito e Arquitetura, se não comprometeu sua produção lingüística, muito provavelmente comprometeu e retardou o reconhecimento desta produção enquanto programa de investigação autônomo.

De qualquer maneira, foi somente a partir da década de cinquenta que a Linguística encontrou seus primeiros espaços institucionais exclusivos (Cf. o *Setor Lingüístico* organizado pelo próprio Mattoso em 1958, no Museu Nacional). O chamado Estruturalismo teve aqui um importante papel de marcador de fronteiras. Uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos lingüísticos do Brasil com o desenvolvimento do programa da Linguística foi a procura de embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. Com efeito, nos anos sessenta, no Brasil, sob a designação de *lingüistas*, se colocavam apenas os chamados *estruturalistas*. Dentre estes, Mattoso Câmara dizia reconhecer apenas dois: Aryon Dall'Igna Rodrigues e ele próprio (Mattoso Câmara, 1967). Na avaliação do autor:

"Inversamente a Mattoso Câmara, cujas tendências se ligam mais ao Círculo de Praga, aos conceitos saussurianos e à

filosofia lingüística de Sapir, Rodrigues [Aryon Dall'Igna]... afilia-se ao mecanicismo de Bloomfield." (Mattoso Câmara, 1968/1976:50).

Era uma redução, sem dúvida, da literatura que os dois *lingüistas* já dominavam e a aproximação pura e simples de Saussure/Sapir, de um lado, em oposição a Bloomfield, de outro, é, sob alguns parâmetros, discutível. Mas, a utilização que dela faz Mattoso para marcar a especificidade do seu trabalho em relação ao de Rodrigues é relevante, e dá uma medida das primeiras fronteiras internas que viriam a dividir a comunidade emergente. O fato é que o termo *Lingüística* surgiu no contexto acadêmico brasileiro ligado ao termo *Estruturalismo* e, no decorrer da década de sessenta, os universos de referência propostos pelos dois termos - *Filologia* e *Lingüística* - assumiam, ao menos do ponto de vista de um *lingüista*, os seguintes contornos:

"Com respeito ao termo recorrente 'filologia', convém observar que há 25 anos nos achávamos num momento de transição terminológica, em que o nome 'lingüística' já começava a generalizar-se e 'filologia' passava a ceder-lhe parte do espaço que vinha ocupando tradicionalmente no Brasil. No contexto do Plano Orientador da Universidade de Brasília 'filologia' foi usado sobretudo para significar o estudo científico da língua portuguesa, abrangendo desde o estudo filológico stricto sensu dos textos medievais até a pesquisa da fala rural brasileira." (Rodrigues, 1988:58).³

O contexto político e econômico também favorecia os deslocamentos de interesse da comunidade acadêmica do período. O trabalho de campo tornara-se perigoso em consequência da crise política de 1964, o que comprometia a investigação dialetológica tradicional, ao mesmo tempo em que o *boom* da urbanização chamava a atenção dos pesquisadores para a questão da variação social, "vertical" (Cf. *Projeto NURC*). As especificidades - e também as incompatibilidades - dos programas de investigação da Filologia e da Lingüística se tornavam mais claras na medida em que novos espaços institucionais iam sendo criados. No I *Seminário de Lingüística* organizado por Ataliba de Castilho na Faculdade de Marília (SP), em 1966, por exemplo, Maurer (1967:28, grifos meus) declarava:

"Apenas é de lamentar que, às vezes, as novas pesquisas menosprezando as grandes conquistas do passado, criem certa oposição entre os dois grupos. Estamos hoje na época do estudo direto, da observação da língua viva, (...). Referimo-nos ao estruturalismo ou, para usar um termo freqüente em nossos dias, à Lingüística Descritiva. (...) Essa tensão, esses choques se compreendem."

O menosprezo às conquistas do passado a que se refere Maurer sugere que a nova geração que então começava a atuar não percebia continuidade entre o seu trabalho (ainda uma promessa) e as tradições vigentes. Ao contrário, a retórica era de ruptura. A tomada de consciência de que era possível formar um grupo profissional à parte culminou justamente por ocasião da reunião preparatória para a fundação da primeira sociedade científica de Lingüística do país, a ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística - fundada em 1969, por Mattoso Câmara,⁴ em que se discutiam explicitamente os critérios de aceitação dos futuros membros (V. ABRALIN (6):214-219). Observe-se:

"Tomou então a palavra o Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, lembrando que o movimento (sic) era crítico no desenvolvimento dos estudos lingüísticos no país. E como aumenta não somente o número de pessoas seriamente interessadas em lingüística mas também o dos que simplesmente se dizem lingüistas, seria conveniente definir quais as pessoas que seria desejável agregar." (id.ib.:215).

No mesmo pronunciamento, Rodrigues sugeriu que deveriam ser considerados membros efetivos da nova associação, que então se formava, aqueles que, entre outros quesitos, tivessem publicado trabalhos dentro da especialidade e lecionado a matéria. Nesta ordem. Ser apenas professor de Lingüística não era suficiente. Não teria sido totalmente por acaso, pois, que a segunda sociedade científica criada no país, em 1972, por iniciativa de Cidmar Teodoro Pais, a SBPL - Sociedade Brasileira dos Professores de Lingüística - marcava, também no nome, sua oposição à ABRALIN. Ao menos formalmente, o mundo lingüístico profissional ficava dividido entre os *lingüistas* da ABRALIN e os *professores de Lingüística* da SBPL. Na prática não havia (e não há) diferença. O lingüista brasileiro sobrevive até hoje como professor e dificilmente encontra espaço para atividades de pesquisa fora da vida

acadêmica. (V. Guimarães, 1982; Borges Neto, 1982). Além do mais, muitos do que começaram a atuar nos anos setenta pertenciam às duas associações.

Apesar das controvérsias que caracterizaram o período, o processo de institucionalização da Linguística era, a este momento, irreversível e a ruptura com as tradições foram propostas como inevitáveis: o interesse pela orientação descritiva sincrônica, associada à Linguística, cresceu, enquanto que o interesse pela orientação cultural e histórica, associada à Filologia, decresceu (Cf. Tabela abaixo).

O espaço de reflexão e trabalho que o primeiro grupo de linguistas brasileiros encontrou, não poderia deixar de estar ligado ao ensino, principalmente do português, língua hegemônica, o que direcionou, sem dúvida, a produção linguística do final da década de sessenta. Não só porque, na sua maioria, estes linguistas tinham sido alunos de Letras e exerciam o magistério como também, não se pode deixar de assinalar, porque o interesse principal dos agentes financiadores das atividades desses primeiros pesquisadores - o YASIGI e a FORD Foundation - era a solução de problemas linguístico-pedagógicos.

Tabela I - Levantamento dos artigos de pesquisa que apresentaram dados de língua natural de 1968 a 1988 pelo tipo de orientação predominante.

Tipo	Português	Indígenas	Outras	Total de artigos
gramatical	61	8	9	78
uso/variação	54	3	13	70
histórica	5	3	3	11
(meta) teórica	24	3	1	28
aplicada	16	-	5	21
Total	160	17	31	208

Fonte: *Estudos Linguísticos. Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada* (1966-1968), *Revista Brasileira de Linguística* (1974-1984), *Cadernos de Estudos Linguísticos* (1978 - 1988, corrente), *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura - Ensaios de Linguística* (1978-1988, corrente), *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (1985 - 1988, corrente).

Os problemas não eram ainda de ordem teórica, mas prática. Dentro de um programa de investigação tipicamente descritivista, os

primeiros trabalhos sobre os componentes da sentença, principalmente nas áreas da Fonética, Fonologia e Morfologia, apresentavam forte retórica de ruptura com a tradição gramatical, fraca teorização e metalinguagem pouco sofisticada. Os primeiros linguistas brasileiros marcavam, pela adesão tácita a uma literatura estruturalista, pela proposição de critérios formais de análise e descrição de dados (em oposição a critérios semânticos) e por uma postura rigidamente sincrônica (em oposição à diacrônica), os primeiros limites externos da sua produção em relação à Filologia, Dialectologia e Gramática tradicionais.

A Linguística rapidamente criou um domínio de investigação autônomo e obteve, nas Universidades, adesão muito maior do que a Filologia. A década seguinte, de setenta, seria marcada, pois, não só pela instalação no país dos primeiros cursos específicos de graduação e pós-graduação em *Linguística* mas também pelo estabelecimento - ou questionamento - da profissão de *linguista*, pela criação das primeiras associações nacionais e regionais, pela preocupação com a publicação periódica da produção acadêmico-científica, pelo desenvolvimento de projetos coletivos e pela formação de um setor editorial especializado. A este momento as posições de prestígio estavam definitivamente invertidas - o grupo hegemônico, em evidência, passou a ser o dos linguistas.

E a Linguística Brasileira dos anos setenta reivindicou para si - e para mais ninguém - o estatuto de cientificidade em matéria de linguagem, em nome das análises quantitativas, rigorosas e da formalização que dizia (e procurava) imprimir aos seus procedimentos. Dividiram-se dicotomicamente os estudos sobre a linguagem em "ciência" e "não-ciência", o que sempre esteve na origem de certos desconfortos da Linguística em relação às outras disciplinas dos cursos de Letras e, principalmente, de certos preconceitos destas em relação à Linguística. Embora até hoje ainda haja estreita vinculação entre as atividades profissionais dos dois grupos, Letras e Linguística, não só por compartilharem parte dos currículos de graduação e de pós-graduação na maior parte das Universidades, mas também por dividirem os mesmos espaços administrativos e burocráticos, a tendência mais forte do final dos anos oitenta é a institucionalização das suas diferenças. A ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, criada em 1984, sugere, no título e na intenção, a necessidade de tratamento dos interesses de cada uma das áreas, em separado. (Marcuschi, 1989).

2 Os grupos de especialidade. O estabelecimento das fronteiras internas

A resolução do Conselho Federal de Educação, de 1962, que tornava obrigatório o ensino de Linguística para os alunos de Letras surpreendeu a comunidade acadêmica da época. Não havia ainda linguístas no Brasil em 1962 - exceto, como se viu, Mattoso Câmara e Aryon Rodrigues⁵ - mas havia noventa Faculdades de Filosofia que tiveram que oferecer, de uma hora para outra, a disciplina para seus alunos. Cada instituição fez o que pôde para encontrar os recursos humanos e materiais para cumprir as novas exigências governamentais. Das medidas adotadas no período, destaco três: a) cursos de verão itinerantes, intensivos, para formar professores; b) contratação de professores estrangeiros que aqui deveriam formar e treinar equipes; c) envio de estudantes para o exterior, onde deveriam obter seus títulos para, uma vez de volta, também constituírem suas equipes. Isto explica em parte a variedade de conteúdos, disciplinas e bibliografias que se encontra ainda hoje de Faculdade para Faculdade; a multiplicidade de orientações teóricas e metodológicas e, de certa maneira, nossa tão propalada receptividade.

Desde o começo, a Linguística Brasileira se fez em ilhas. Os estudantes graduados nas diferentes Universidades do país não compartilharam das mesmas informações e conseqüentemente não concordaram sobre a concepção de Linguística e sobre as tarefas do linguísta. As eventuais possibilidades de integração, complementação, ou mesmo, simples intercâmbio entre os envolvidos nesses diferentes cursos - professores, alunos, pesquisadores - foram fortemente condicionadas pelas circunstâncias de sua criação, funcionamento e desenvolvimento. Se, no que diz respeito aos processos de profissionalização, os cursos de pós-graduação desempenharam um papel unificador na constituição e sedimentação de um corpo de linguístas, no que diz respeito aos outros processos de institucionalização, estes mesmos cursos acabaram por desempenhar um papel pulverizador. Tanto é que, uma vez consagrados, a partir dos anos setenta, como o principal - senão o único - espaço de produção científica em Linguística no país, cada um desses cursos - juntamente com os respectivos e restritos círculos acadêmicos que passaram a lhes servir de sustentação - constituiu, em um efeito multiplicador, o seu próprio sistema interno de produção, publicação, divulgação e recepção do saber linguístico. Cada círculo acadêmico elegeu, não só aquelas que seriam consideradas as legítimas linhas de pesquisa, dentre as disponíveis no escopo da ciência, mas também a(s)

sociedade(s) científica(s) de que faria parte e por cujas atividades se responsabilizaria.

A resolução oficial não veio, pois, ao contrário do que se deu em outros países, oficializar uma eventual demanda de um grupo de lingüistas já existente. Ao contrário, precedeu-a. Esta inversão é apenas um reflexo parcial de uma política educacional mais geral, fortemente intervencionista do Estado, na formação do quadro universitário brasileiro em vários momentos da sua história. Herdeira de uma longa tradição profissionalizante, a Universidade brasileira se depararia a todo o momento com obstáculos formidáveis para abrir um espaço para a pesquisa científica que se fazia na área das chamadas Humanidades, em geral, e na Lingüística, em particular. A extinção das cátedras em 1968 democratizou as funções políticas e administrativas do catedrático, mas não democratizou as funções científicas. A pesquisa lingüística continuou se fazendo, por quase todo o período em foco, de forma fragmentária e por iniciativas individuais.

2.1. A fronteira do objeto material

De outro ponto de vista, um dos mais importantes reflexos desta contínua política centralizadora na educação brasileira foi o fortalecimento da imagem da unidade lingüística do país em detrimento das diversidades lingüísticas regionais e das diversidades culturais, o que favoreceu, sem dúvida, durante todo o período, o estudo descritivo do português do Brasil de orientação gramatical, e desfavoreceu, pelo menos até meados dos anos oitenta, o estudo das línguas indígenas e/ou de outras minorias lingüísticas (e/ou sócio-culturais) do país. Dos 208 artigos da minha amostra aqui apresentados (V. TABELA I), 160 (77%) foram sobre o Português do Brasil; somente 17 (10%) sobre línguas indígenas e 31 (19%) sobre outras línguas européias.

Embora haja hoje fortes indícios de mudanças na política científica, no sentido de subsidiar e fomentar vários projetos na área sob a responsabilidade de lingüistas profissionais brasileiros (Rodrigues, 1990; 1991) - não missionários - os resultados ainda estão por vir. Os estudiosos das línguas indígenas do país, embora se reconheçam co-participantes de uma mesma especialidade, ainda não constituíram um grupo à parte e estão integrados, minoritariamente, às instituições existentes.

Quanto à Dialetoлогия, mesmo tendo abandonado desde o início da década de sessenta sua vocação diacrônica, continuou a ser percebida pelas gerações posteriores como parte integrante do programa da Filologia, o que explica em certa medida a falta de interesse dos linguistas das décadas de setenta e oitenta em mapear geograficamente as variações não-standard do Português, ou de outras línguas faladas no país.

2.2. A fronteira da teoria e da aplicação da teoria

A proliferação de artigos de tipo programático na década de setenta indica o forte grau de diversificação teórica e metodológica buscado entre os linguistas brasileiros do período. Tal característica, definida muitas vezes como o "ecletismo" da Linguística Brasileira, se confirma pelas freqüentes citações de linguistas estrangeiros num mesmo artigo, pela redução das teorias adotadas a seus aparatos descritivos, ou às suas nomenclaturas e, principalmente, pela produção de resultados parciais, fragmentados, que não suscitaram continuidade em termos de pesquisa. A Fonética e Fonologia estruturalistas da década de sessenta, por exemplo, já haviam produzido número suficiente de trabalhos, a ponto de ter seus resultados comparados, e a retórica dos articulistas dos anos setenta, que haviam aderido às então novas propostas da Gramática Gerativo-Transformacional, pôde ser de franca ruptura com o referencial estruturalista que o antecedeu - embora os artigos do período ainda se enquadrassem perfeitamente em um programa de investigação descritivista. A ocorrência de artigos meta-teóricos no campo da Fonologia dos anos setenta é o índice mais forte da ruptura interna entre estruturalistas e gerativistas, que então começava a se delinear entre os linguistas brasileiros. As críticas dos articulistas se deslocaram do pesquisador individual - e dos resultados que obtiveram - para o referencial que adotaram. O objeto do questionamento deixou de ser o talento individual do pesquisador e passou a ser o quadro teórico e metodológico em que haviam se desenvolvido as pesquisas. O *estruturalismo* foi negado como referencial válido, e os resultados a que, através dele, se chegou, rejeitados. Algo mais, pois, estava em jogo nos anos setenta, além da busca da melhor solução descritiva para um conjunto de problemas fonológicos: o embate por uma outra concepção de ciência. Ao invés de quadros descritivos classificatórios, a proposição de regras transformacionais e a discussão sobre a ordem de aplicação destas regras foi proposta como o modo preferencial de fazer linguística "moderna". O argumento a favor da

nova ordem de tratamento dos dados lingüísticos era a *simplificação geral da gramática*, principal objetivo do novo procedimento. Mas estudos em Fonologia não foram o forte da produção dos anos setenta, o referencial gerativista colocou em evidência a Sintaxe.

E na Sintaxe e Morfo(sintaxe) dos anos setenta, em contrapartida, quase nenhuma atenção foi dada ao referencial estruturalista. O alvo das críticas - e da ruptura - principalmente de adeptos da Gerativa nesses campos foram os gramáticos tradicionais. A exemplo do que ocorrera nos E.U.A. no final dos anos cinqüenta, a implantação dos modelos gerativos no país, sobretudo o chomskyano, deu-se em meio a grandes polêmicas. Neste sentido, não se pode deixar de observar que grande parte dos lingüistas gerativistas dos anos setenta herdou do modelo, não apenas as proposições e as técnicas de obtenção e formalização de dados, mas também herdou o modelo de retórica. Só que, ao contrário do grupo que se formara nos E.U.A. em torno de Chomsky, que dirigiu seus ataques a um *establishment* descritivista, o grupo brasileiro voltou seu poder de fogo contra um *establishment* gramatical, dito "tradicional". Suas relações de oposição com os estruturalistas estavam, neste momento, em um segundo plano. O impacto provocado pelas teorias gerativas e, em menor escala, por outras teorias formalistas propiciou a especialização teórica e a sofisticação nas metalinguagens de descrição do lingüista. As pesquisas lingüísticas publicadas se tornaram inacessíveis aos professores de nível médio, ou mesmo, aos de nível universitário não iniciados na teoria. O deslocamento do foco da pesquisa lingüística da "explicitação do dado" para a "explicitação da regra" - em formas e fórmulas - foi um dos principais responsáveis pelos estereótipos de "teórico" e de "seguidores da última moda" que logo se associariam aos lingüistas dos anos setenta.

Em meados dos anos setenta, grande parte da produção lingüística brasileira já havia se afastado da motivação pedagógica inicial. Pesquisadores dedicados principalmente a questões lingüístico-pedagógicas constituiriam, realmente, um grupo de especialidade cada vez mais à parte. Embora as questões relativas ao ensino de línguas - materna, sobretudo - estivessem no centro do debate nos anos setenta, os "lingüistas aplicados" percebiam-se, de modo geral, discriminados pelos "lingüistas teóricos". As relações entre a Lingüística Aplicada e a Teórica não se desenvolveram de forma simétrica. A visão de aplicação da Lingüística foi (e em alguns círculos acadêmicos ainda é) considerada secundária, já que se sustentaria do conhecimento

produzido por outros campos que fazem pesquisa de base. Em tal contexto, não tardaria, de fato, para que um emergente grupo de "lingüistas aplicados" passasse a reivindicar a especificidade do seu objeto - e das suas teorias e métodos (cf. Kleiman, 1992) - e procurasse criar, nos anos oitenta, suas próprias instituições. Foi o que fizeram: periódicos especializados; cursos autônomos de pós-graduação (além do pioneiro da PUC-SP, criado em 1971); grupos de trabalho supra-regionais e uma sociedade científica nacional, criada em 1989.

2.3. A fronteira da "nacionalidade" do referencial teórico

Embora esta questão deva ser nuançada, o ideal de lingüística como um todo parece ter realmente se pautado por um *modelo europeu* de cientificidade até a década de sessenta, enquanto que, no virar da década de setenta, parte do eixo de influências sobre a Lingüística Brasileira se transferiu, de fato, para os Estados Unidos: ao discurso da *vanguarda estruturalista*, que se opunha, nos anos sessenta, às tradições acadêmicas da *Filologia* e da *Dialetologia*, se sucederia, pois, o discurso de uma *vanguarda gerativista*, que passaria a imprimir a todo o conhecimento anterior - *estruturalista* ou não - um valor de coisa ultrapassada. O referencial teórico a ser preferencialmente adotado na análise e descrição das línguas se colocou, portanto, como problema em discussão nos periódicos examinados (V. TABELA I), a partir de meados da década de setenta, quando o quadro Gerativista entrou em evidência e passou a ser hegemonicamente utilizado na análise dos componentes da sentença, de orientação gramatical: Fonologia; Morfologia/Lexicologia e Sintaxe.

Com as insuficiências do modelo da tradição gramatical todos pareciam concordar, já que tal oposição marcava os limites externos da Lingüística em relação a outros estudos mais tradicionais que se fizeram - e ainda se fazem - sobre línguas naturais. Mas o modelo sobre o qual deveria se pautar a elaboração de uma nova gramática era um importante fator de discordância. Adotar o quadro teórico gerativista, ou não, marcaria uma segunda forte cisão dentro dos limites internos da Lingüística Brasileira. De um lado, ficavam lingüistas teóricos, que clamavam pela tradição francesa e trabalhavam a teoria gramatical principalmente em torno do léxico, dentro dos referenciais denominados *Semântica Analítica* (Pottier) e *Semântica Estrutural* (Greimas). De outro, ficavam lingüistas, também teóricos, de tradição norte-americana, que trabalhavam a teoria gramatical principalmente em torno da

sentença, dentro do referencial Gerativista. Embora adeptos de um ou de outro dos referenciais - "europeus" e "norte-americanos" - alertassem para a necessidade de ultrapassar o que consideravam os *limites estruturalistas*, os dois grupos perceberam-se como lingüistas de um tipo radicalmente diferente. A diferença entre cumprir um programa de investigação que via a língua como um fato sócio-cultural (tanto nos referenciais da Semiótica quanto nos da Sociolingüística), ou cumprir um programa que via a língua em correspondência com estruturas mentais (como no referencial da Gerativa), que é o verdadeiro cerne da questão, não era ainda percebida com clareza.

Esta diversificação pela "nacionalidade" do referencial teórico adotado coincidiu com o surgimento, também em meados dos anos setenta, dos primeiros artigos de pesquisa produzidos a partir de um referencial laboviano. A principal proposta aqui era, como se sabe, a incorporação de variáveis não estruturais (principalmente etárias, sociais e econômicas) às regras da gramática. A polarização entre uma abordagem gerativa e uma abordagem sociolingüística só se daria, entretanto, alguns anos mais tarde, no virar da década de oitenta.

2.4. A fronteira do objeto formal

A Fonética e a Fonologia, que haviam estado praticamente fora do centro de interesse nos anos setenta, voltaram a ocupar a atenção dos lingüistas brasileiros dos anos oitenta. Foi neste campo principalmente que a polarização entre uma visão do objeto lingüístico como fato sócio-cultural, variável, e uma visão do objeto lingüístico em correspondência com determinadas estruturas mentais, universais, se apresentou com maior nitidez.

As questões sobre os limites extensionais do objeto lingüístico e sobre a natureza social e/ou mental dos fenômenos a descrever acabaram por nuançar, no decorrer da década de oitenta, a hegemonia que a Gramática Gerativa havia conquistado na década anterior. A Fonética e Fonologia viviam o impacto das proposições labovianas. Na Morfologia e na Sintaxe, embora o quadro gerativista tenha continuado ainda, sem dúvida, o referencial preferencial, inverteu-se o ideal de descrição científica propalado como o desejável uma década antes. Parte da produção em Morfologia - e igualmente em Fonologia, Lexicologia e Sintaxe - se voltou para a elaboração de uma gramática mais adaptada, segundo seus propositores, às necessidades de

comunicação. Tanto estudos à vocação funcionalista, quanto estudos à vocação formalista incluíram, em suas análises, argumentos de natureza pragmático-discursiva.

A Semiótica formou, a partir dos anos oitenta, grupos de especialidade à parte, clamando por especificidade teórica e metodológica em relação à Linguística e criando suas próprias instituições: periódicos, núcleos de estudo regionais e supra-regionais e uma associação científica de caráter nacional: a *Associação Brasileira de Semiótica (ABS)*. A(s) Pragmática(s), Linguística Textual, Análise do Discurso, Análise da Conversação, ainda que tivessem conquistado no decorrer dos anos oitenta, em algumas Faculdades, autonomia enquanto disciplinas acadêmicas, integraram-se, ao menos institucionalmente, à Linguística.

3. Perspectivas

A produção linguística brasileira do final dos anos oitenta, embora não apresente, de modo geral, modificações radicais em relação à produção da década anterior, aponta para algumas mudanças nas tendências que têm caracterizado, até o momento, o seu desenvolvimento. Com efeito, é possível flagrar, na apresentação de alguns números temáticos, em alguns debates de mesas-redondas, ou até mesmo, mais raro, em alguns artigos de pesquisa, alguns movimentos opostos, de integração. Esta tendência tem se insinuado pela tentativa de neutralização de algumas das oposições que se construíram nas décadas anteriores e tem se manifestado pela: a) criação de espaços de trabalho suprainstitucionais e supra-regionais; b) tentativa de unificação de metodologias até então consideradas incompatíveis; c) busca de especificidade e originalidade em termos de produção brasileira.

A tentativa de neutralização de certas oposições institucionais tem se concretizado pela abertura das publicações periódicas locais - seja na forma de números temáticos ou não - a pesquisadores de outras instituições que não a responsável pela publicação. É o caso típico dos *Cadernos de Estudos Linguísticos (CEL)* da UNICAMP e dos *Ensaio de Linguística (Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura)* da UFMG, que têm manifestado explicitamente sua intenção de publicar contribuições de outros pesquisadores que não aqueles dos Departamentos que lhes dão sustentação. Acrescente-se ainda o surgimento de um novo periódico, em 1985 - de orientação teórica e aplicada - de

pretensões nacionais, a *D.E.L.T.A.*. A criação de um espaço supra-institucional de publicação aberto a múltiplas orientações tem propiciado, ao menos teoricamente, que pesquisadores de várias Universidades do país encontrem um espaço comum de divulgação - e leitura - de trabalhos, para além dos ainda restritos círculos acadêmicos em que são produzidos - e lidos. Embora o eixo produtor e propagador das idéias lingüísticas continue ainda sendo predominantemente São Paulo e Rio de Janeiro, começa a ser significativa a presença de pesquisadores de outros Estados, que têm discutido propostas e confrontado resultados no espaço da revista.

Em segundo lugar, a criação de uma sociedade supra-regional - a ANPOLL - tem procurado congregiar todos os cursos de pós-graduação e assim propiciar a criação de grupos de trabalho formados por pesquisadores de várias instituições do país o que tem favorecido, pela primeira vez, a publicação de trabalhos coletivos e aumentado a comunicação intra-grupos.

É preciso enfatizar que esta tendência não é neutralizar as fronteiras de especialidade conquistadas durante os anos sessenta e setenta pela diversificação do objeto. Trata-se de tentativas de neutralização do ilhamento acadêmico e regional *na mesma especialidade*. Especialistas, antes isolados nos seus respectivos centros acadêmicos, tendem a se reunir com seus pares em grupos de trabalhos, publicações coletivas, congressos e seminários. É a busca de interdisciplinaridade que parece ser, pois, o fator de dispersão mais forte entre os participantes de um grupo de especialidade, mais forte do que a sua dispersão em centros acadêmicos geograficamente distantes.

Assim é que tendem a se manter isolados do conjunto da produção lingüística, além dos grupos da Lingüística Aplicada e da Semiótica, já institucionalizados, os grupos de estudo da Sociolingüística, da Psicolingüística - em vias de institucionalização (enquanto grupos, enquanto disciplinas acadêmicas já conquistaram autonomia) e o grupo da Teoria da Gramática, este (ainda) o menos institucionalizado de todos, mas cujos participantes já desenvolveram forte conscientização interna de que constituem um grupo à parte, sem qualquer relação direta - teórica ou metodológica - com os outros, e têm agregado, pelas Universidades de todo o país, cada vez maior número de adeptos.

Tentativas de repensar a (ciência e a prática) Lingüística como um todo, relativizando as dicotomias anteriormente destacadas, tendem também a ocorrer. Uma das mais fortes tendências da Lingüística Brasileira dos anos noventa, são as recentes tentativas de neutralização da oposição entre diacronia e sincronia, estimuladas, sem dúvida, pelo interesse que referenciais teóricos em evidência - como a Gerativa chomskyana e a Sociolingüística laboviana - têm apresentado por dados diacrônicos. Alguns projetos têm sido produzidos neste sentido (Marcuschi, 1992), o que é forte índice de sucesso da nova proposta. O problema a ser enfrentado, entretanto, por aqueles que procuram adesão a esta linha de investigação é a falta de formação das novas gerações em metodologias de orientação histórica. A primeira geração de lingüistas dos anos sessenta, embora compartilhasse dos dois tipos de saber - resumidamente, o "filológico" e o "lingüístico" - não passaram a seus discípulos senão os do segundo tipo. Certamente, devido ao intuito de suprir esta descontinuidade, as próximas gerações de lingüistas a serem formados nos anos noventa verão ressurgir em seus currículos velhas disciplinas de orientação histórica, travestidas de denominações mais modernas como: *Lingüística Histórica* ou *Métodos de Análise Diacrônica*, ou ainda *Lingüística Comparada* ou *Tipológica*, ou ainda *Lingüística Românica*. De fato, no esteio do renascimento do interesse pelos estudos históricos, deve ressurgir também o interesse pelo estudo do português no contexto das línguas românicas. Registre-se ainda o interesse, tímido, mas já nítido, (da comunidade acadêmica e dos órgãos financiadores) pela publicação dos *Atlas*, praticamente esquecidos desde os anos sessenta. Até onde pude verificar, encontram-se, em estágios de elaboração (e publicação), diferentes trabalhos em Minas Gerais, Paraíba, Sergipe⁶, Região Sul (RS/SC/PR), São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Acre e Mato Grosso.

A Lingüística Brasileira contemporânea parece, pois, após mais de um quarto de século de produção enquanto disciplina autônoma, disposta a operar a síntese entre as práticas de pesquisa com que rompeu, e as práticas que criou, através da volta ao estudo do português do Brasil. Sem dúvida, é na recorrência (renovada) do problema da *língua falada e escrita no Brasil*, aparentemente fora de questão desde meados do século (Pinto, 1981), que pode estar a especificidade e originalidade da produção brasileira, enquanto tradição de pesquisa.

(Recebido em 20/12/93 - Aceito em 21/05/94)

NOTAS

- * Os dados aqui apresentados, bem como grande parte da reflexão que lhes segue, foram reorganizados e adaptados a partir dos últimos capítulos da minha tese de Doutorado: *Unificação e Diversificação na Linguística. Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea 1968-1988*. Universidade de São Paulo/ Katholieke Universiteit Leuven, 1993. O trabalho foi parcialmente financiado pelo CNPq (processo nº 203124/90-1)
- 1 As outras dimensões foram abordadas na tese.
 - 2 Cf., por exemplo, a designação do período aos periódicos especializados: *Boletim de Filologia* (Rio de Janeiro, 1946-1949), *Revista Brasileira de Filologia* (Rio de Janeiro, 1955-1961), *Ibérica. Revista de Filologia Ibero-Americana*. (Rio de Janeiro, 1959-1961), *Jornal de Filologia* (São Paulo, 1953-1961). Ou ainda, o *Dicionário de Fatos Gramaticais* (Casa de Rui Barbosa, 1956) de Mattoso Câmara, republicado da segunda (J.Ozon Ed., 1964) à sexta edição, por escolha do autor, com o nome de *Dicionário de Filologia e Gramática*. Somente a partir da sétima edição (Vozes, 1977) é que recebeu o nome de *Dicionário de Linguística e Gramática*, por sugestão do novo editor (Mattoso Câmara, 1978:25, nota prévia à sétima edição).
 - 3 Embora eu não focalize neste artigo as especificidades dos programas da Filologia e da Dialectologia, é importante ressaltar que ambas constituíram, de fato, em oposição à Linguística, a mesma *tradição de pesquisa*.
 - 4 A idéia de fundar uma associação de linguistas já vinha de algum tempo, proposta por Ataliba de Castilho, durante o I Seminário de Linguística de Marília, promovido por ele mesmo, de 15 a 19 de agosto de 1966, documentado em *ALFA*, 1967(11). A ocasião propícia, entretanto, foi 1969, que possibilitou uma concentração excepcional de pesquisadores de vários pontos de país interessados no novo programa de investigação que ainda era uma promessa. De fato, neste momento, realizavam-se simultaneamente, em São Paulo, o *II Instituto Brasileiro de Linguística*, o *III Instituto Interamericano de Linguística (V PILEI - Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Linguas)* e o *II Congresso da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina)*.
 - 5 Refiro-me, aqui, mais uma vez, aos que *se percebiam* linguistas. É preciso acrescentar o nome de Francisco Gomes de Matos, já mestrado em Linguística Aplicada ao ensino de inglês pela Universidade de Michigan.
 - 6 O primeiro atlas do país, o da Bahia, publicado ainda na década de sessenta, foi durante muito tempo o único do gênero: Rossi, Nelson (1964) - *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Nacional do Livro. Só a partir do final da década seguinte ressurgiria o interesse dos órgãos financiadores pela publicação de outros atlas: Ribeiro, José et al. (1977) - *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, MEC/ Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 1; de Aragão, Maria do S. Silva & Cleusa P. Bezerra de Menezes (1984) - *Atlas Linguístico da Paraíba*.

Brasília. CNPq/UFPB 2 vol.; Ferreira, Carlota da Silveira et al. (1987) - *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador, UFBA/Fundação Estadual da Cultura de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRALIN. Boletim da Associação Brasileira de Linguística - Noticiário. Quinze Anos da Abralín. *ABRALIN* 1984(6):214-224.
- BORGES NETO, J. (1982) - O Linguista: profissão e mercado de trabalho. *ABRALIN* (3):12-17.
- GRANGER, G. G. (1980) - Sobre a unidade da ciência. [Trad. de Maria Beatriz Nizza da Silva]. *Ciência e Filosofia* (2):7-25.
- GUIMARÃES, E. R.J. (1982)- O Linguista: profissão e mercado de trabalho. (Ou: as margens como centro). *ABRALIN* (3):5-11.
- HYMES, D. (1983) - Traditions and Paradigms. IN: *Essays in the history of linguistic Anthropology*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 345-383. [Republicação de D. Hymes (ed.) (1974) - *Studies in the History of Linguistics*. Indiana University Press, pp. 1-38.].
- KLEIMAN, A. B. (1992) - O ensino de línguas no Brasil. IN: M. S. Zanotto Paschoal & M. A. Alba Celani (orgs.). (1992) - *Linguística Aplicada - da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo, EDUC, pp.2-36.
- MARCUSCHI, L. A. (1989) - *Linguística. Avaliação e Perspectivas*. Relatório encomendado pelo CNPq. Versão preliminar (xerog.) _____ (org.) (1992) e K.S.M. de Barros (colab.) - *Quem é quem na pesquisa em Letras e Linguística no Brasil*. Recife, ANPOLL.
- MATTOSO CÂMARA Jr.(1967)- O Estruturalismo. *ALFA* (11):43-88.
- _____ (1968/1976) - A Linguística Brasileira. [Trad. de M. C. D. Bordenave do orig. inglês: "Brazilian Linguistics". IN: *Current trends in linguistics*, vol.4, 1968]. IN: NARO (org.) (1976), *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. pp. 45-66.
- _____ (1978) - *Dicionário de Linguística e Gramática. Referente à Língua portuguesa*. 8ª ed. Petrópolis, Vozes. (1ª ed., Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, 1956).
- MAURER Jr., T. H. (1967) - Linguística Histórica. Transcrição da conferência proferida no I Seminário de Linguística, promovido pela FFCL de Marília, em 1966, sem revisão do autor. *ALFA* (11):19-42.

- PINTO, E. P. (sel./apres.) (1981) - Introdução ao seu *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2 : 1920-1945: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/São Paulo, EDUSP, pp. XIII-LI.
- RODRIGUES, A. D. (1984) - A obra científica de Mattoso Câmara Jr. *CEL* (6):83-94.
- _____ (1988) - A Linguística na Universidade de Brasília antes de 1964. *ABRALIN* (9):57-61.
- _____ (1990) (coord.) - Programa de pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras. CNPq-FINEP julho 1987. *ABRALIN* (10):187-199.
- _____ (1991) (coord.) - Programa de pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras. CNPq-FINEP julho 1987. *ABRALIN* (12):201-212.
- SWIGGERS, Pierre (1989) - Linguistics. IN: E. BARNOUW et al. (eds.). *International Encyclopedia of Communications*. Vol. 2. Oxford University Press, pp.430-436.
- _____ (1992) - *De la grammaire générale à la linguistique comparée et typologique: études sur l'histoire de la linguistique de 1700 a 1830*. Tome I: Introduction. Dossier aangeboden tot het verkrijgen van de graad van Geaggregeerde voor het Hoger Onderwijs. Leuven. (xerog.).